

# SUMÁRIO

---

## *Capítulo 1*

INTRODUÇÃO .....	19
------------------	----

## *Capítulo 2*

A CONSENSUALIDADE NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DA IMPOSSIBILIDADE À PREVISÃO EXPRESSA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL .....	27
2.1 O alcance da consensualidade e seu reflexo nos poderes do Estado .....	31
2.1.1 Definindo a consensualidade .....	31
2.1.2 O reflexo da consensualidade nos poderes do Estado .....	33
2.2 Da justiça impositiva à justiça consensuada na solução de conflitos: o sistema de justiça multiportas .....	35
2.3 O regime jurídico administrativo e suas barreiras principiológicas à consensualidade no âmbito da improbidade administrativa .....	43
2.3.1 O interesse público como suporte ao incremento da consensualidade .....	46
2.3.2 A consensualidade na tutela do patrimônio público e o princípio da supremacia do interesse público .....	52
2.3.3 A quebra do paradigma do princípio da indisponibilidade do interesse público como obstáculo à consensualidade na defesa do patrimônio público .....	57
2.4 A barreira às soluções negociais no âmbito do direito sancionador brasileiro .....	62
2.4.1 A natureza da Lei de Improbidade Administrativa .....	63
2.4.2 O caminho evolutivo da negociação no âmbito do Direito Sancionador .....	70
2.4.2.1. Os passos iniciais: a Lei nº 9.099/1995 .....	71
2.4.2.2 O acordo de leniência como novo movimento em direção à consensualidade no direito sancionador .....	75

2.4.2.3	A colaboração premiada e a sua viabilidade no âmbito da improbidade administrativa .....	80
2.4.2.4	Movimentos normativos em favor da consensualidade no âmbito da improbidade administrativa .....	84
2.5	A complexidade e conflituosidade dos direitos transindividuais: distanciamento entre titulares dos direitos e legitimados ativos processuais e reflexos na consensualidade no âmbito da defesa do patrimônio público .....	87
2.5.1	A evolução da consensualidade da tutela dos direitos transindividuais .....	91
2.5.2	O compromisso de ajustamento de conduta como movimento fundamental à consensualidade no âmbito dos direitos transindividuais .....	92
2.5.3	A extensão do conteúdo do ajustamento constante do compromisso.....	94
2.5.4	O compromisso de ajustamento de conduta no âmbito da improbidade administrativa: a jornada em direção ao acordo de não persecução civil .....	98

### Capítulo 3

	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NA LEI Nº 14.230/2021: DA PRINCIOLOGIA APLICADA À SUA NATUREZA JURÍDICA .....	105
3.1	O pacote anticrime: a previsão do acordo de não persecução penal e do acordo de não persecução civil .....	107
3.2	Iniciativas voltadas à regulamentação do acordo de não persecução civil – ANPC: marcos normativos iniciais.....	111
3.3	Diretrizes gerais do acordo de não persecução civil na lei nº 14.230/2021 ....	114
3.4	A principioologia aplicada ao acordo de não persecução civil .....	116
3.4.1	Princípios do direito público e sua aplicação no acordo de não persecução civil .....	119
3.4.1.1	Princípio da Legalidade.....	120
3.4.1.2	Princípio da Impessoalidade .....	123
3.4.1.3	Princípio da Publicidade .....	126
3.4.1.4	Princípio da Moralidade .....	131
3.4.1.5	Princípio da Eficiência .....	136
3.4.2	Princípios do direito administrativo sancionador de maior incidência no acordo de não persecução civil .....	138
3.4.2.1	Princípio do Devido Processo Legal.....	141
3.4.2.2	Princípio do Contraditório.....	151
3.4.2.3	Princípio da Proporcionalidade.....	154

3.5	Acordo de não persecução civil: objetivos e natureza jurídica.....	163
3.5.1	Objetivos genéricos do ANPC .....	164
3.5.2	O acordo de não persecução civil como negócio jurídico.....	167
3.5.2.1	O acordo de não persecução civil como negócio jurídico misto .....	175
3.5.2.1.1	O ANPC como espécie de <i>pactum de non petendo</i> .....	180

#### Capítulo 4

	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL ENQUANTO NEGÓCIO JURÍDICO: DO PLANO DA EXISTÊNCIA AO PLANO DA VALIDADE QUANDO AOS SUJEITOS E CONTEÚDO ESSENCIAL .....	185
4.1	O acordo de não persecução civil no plano da existência .....	186
4.2	O acordo de não persecução civil no plano da validade .....	192
4.2.1	Dos requisitos de validade do acordo de não persecução civil relativos aos sujeitos.....	195
4.2.1.1	A legitimidade do tomador do acordo de não persecução civil estabelecida a partir da legitimidade para propositura da ação de improbidade administrativa .....	196
4.2.1.2	A irrenunciabilidade da competência do ente legitimado para formalização do acordo de não persecução civil: limites e requisitos .....	201
4.2.1.3	Da improrrogabilidade relativa da competência para formalização do acordo de não persecução civil .....	210
4.2.1.4	Impedimentos e suspeições na formalização do ANPC .....	213
4.2.1.5	Dos requisitos quanto à pessoa do investigado/ demandado para formalização do ANPC .....	215
4.2.2	Dos requisitos de validade do acordo de não persecução civil relativos ao objeto: do conteúdo essencial e não essencial do ajuste.....	223
4.2.2.1	Do conteúdo essencial do ajuste: o integral ressarcimento do dano e a reversão da vantagem indevidamente obtida à pessoa jurídica lesada e a possibilidade de flexibilização .....	225
4.2.2.1.1	O ressarcimento do dano no âmbito da improbidade administrativa: incidência e extensão .....	226
4.2.2.1.1.1	Da incidência do ressarcimento do dano no âmbito da improbidade administrativa .....	227
4.2.2.1.1.2	A extensão do dano para fins de ressarcimento decorrente do ato de improbidade administrativa .....	232

4.2.2.1.2	Da reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida fruto da improbidade administrativa .....	243
4.2.2.1.3	Interpretando o conteúdo essencial do ANPC: a busca pela efetividade normativa.....	246

### Capítulo 5

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL AINDA NO PLANO DA VALIDADE: QUANTO AO CONTEÚDO NÃO ESSENCIAL E A FORMA DO AJUSTE .....		259
5.1	A previsão de sanções como conteúdo do acordo de não persecução civil.....	260
5.1.1	Das sanções aplicáveis ao acordo de não persecução civil .....	268
5.1.1.1	Multa civil .....	270
5.1.1.2	Perda da função pública .....	275
5.1.1.3	Suspensão de direitos políticos.....	283
5.1.1.4	Proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário .....	292
5.2	Do conteúdo não essencial do acordo de não persecução civil .....	301
5.2.1	Da adoção de mecanismos de integridade.....	302
5.2.2	Outras cláusulas não-essenciais passíveis de incidência no ANPC.....	310
5.2.3	Cláusulas não-essenciais de natureza processual estabelecidas no ANPC.....	314
5.3	Dos requisitos de forma e solenidades substanciais do acordo de não persecução civil.....	315
5.3.1	A participação do defensor nas negociações entre o tomador do compromisso e o investigado/demandado.....	318
5.3.2	A oitiva do Tribunal de Contas competente para apuração do valor do dano a ser ressarcido.....	319

### Capítulo 6

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NO PLANO DA EFICÁCIA E DA EFETIVIDADE .....		329
6.1	A eficácia do acordo de não persecução civil .....	332
6.1.1	Limites à eficácia do acordo de não persecução civil .....	333
6.1.1.1	Limites à eficácia do ANPC decorrentes da vontade dos acordantes .....	333
6.1.1.2	Limites à eficácia do ANPC em razão de expressa disposição normativa.....	337
6.1.1.2.1	Aprovação do ANPC pelo órgão revisor do Ministério Público como requisito de eficácia.....	338

6.1.1.2.2	Da homologação judicial do acordo de não persecução civil.....	344
6.2	Modos de ineficácia jurídica do ANPC .....	358
6.2.1	Da ineficácia total e parcial .....	359
6.2.2	Da ineficácia absoluta e relativa.....	360
6.2.2.1	A oitiva do ente federativo lesado e a possível ineficácia relativa do ANPC.....	360
6.3	O inadimplemento do acordo de não persecução civil e suas possíveis consequências na busca da efetividade.....	367
6.3.1	Espécies de inadimplemento .....	368
6.3.2	Do procedimento a ser adotado em caso de inadimplemento do ANPC.....	371
6.3.3	Das consequências do inadimplemento das obrigações constantes do ANPC.....	373
6.3.4	Análise específica das consequências decorrentes do inadimplemento do ANPC .....	374
6.4	A busca da efetividade no cumprimento da sentença homologatória do ANPC.....	382
6.4.1	Cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa estabelecida no ANPC.....	386
6.4.2	Cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer fixadas no acordo de não persecução civil.....	391
6.4.3	Cumprimento de sentença das obrigações de entrega de coisa determinada no ANPC .....	397
 <i>Capítulo 7</i>		
<hr/>		
	CONCLUSÃO .....	403
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	409